



*O clima na comissão foi de cochichos e confusão mas no final prevaleceu "a maturidade"*

## Relatório de Gabriel é aprovado

A comissão mista de orçamento aprovou ontem o relatório do senador Almir Gabriel (PMDB-PA) sobre a proposta orçamentária para 1989, resguardados os destaques que começaram a ser votados depois das 20h00. Ao todo, são 1.140 pedidos de destaques, sendo que 500 de autoria dos deputados governistas, que pretendiam obstruir os trabalhos da comissão até que se chegasse a uma fórmula consensual para o pagamento da dívida dos Estados e municípios.

A novidade ontem, na comissão, foi a presença do cantor e ex-deputado federal Agnaldo Timóteo, e do cacique Mário Juruna, também ex-parlamentar. Timóteo, alegre, cumprimentou vários deputados e retirou-se logo em seguida, "só vim matar saudades", disse o cantor. Juruna permaneceu sentando todo o tempo, em silêncio, nas cadeiras reservadas aos membros da comissão. Atrás dele, de pé e atento, o secretário de orçamento e finanças da Secretaria de Planejamento da Presidência da República (Seplan), José Barros Ribas Neto, e

três assessores acompanhavam, sérios, a sessão.

De vez em quando, um deputado se aproximava da fila ocupada por jornalistas e lobistas para dar uma informação ou simplesmente cumprimentar um conhecido. "O Querência acabou de ligar dizendo que não aceita o pagamento de nem um centavo, além dos 70 bilhões", segredou o deputado Paes Landim (PFL-PI), ligado ao governo.

Pouco mais tarde, ainda sem começar a reunião, o deputado Israel Pinheiro Filho (PMDB-MG) botava em dúvida um documento sobre o pacto social, assinado pelos ministros Ronaldo Costa Couto, do Gabinete Civil, Maílson da Nóbrega, da Fazenda, e João Batista de Abreu, da Seplan. No documento, os ministros se comprometem com a fórmula do pagamento da dívida que os Estados e a comissão rejeitaram.

A comissão evoluiu de 68 bilhões (segundo o relatório do senador Almir Gabriel) para 234 bilhões de cruzados — proposta pelo

deputado Cesar Maia (PDT-RJ), que inclui o pagamento integral pelos Estados e municípios, dos juros que vencem em 1989, 153 bilhões de cruzados, mais o refinanciamento da dívida vencida, com cinco anos de carência, correção monetária e juros de 5%, 81 bilhões de cruzados.

Mas a proposta parece que não teve boa acolhida no governo que, na véspera, recuara de sua pretensão de 550 bilhões de cruzados para 304 bilhões e, depois aumentou para 430 bilhões. Em resposta a comissão manteve como exigência o pagamento de apenas 68 bilhões de cruzados. "A questão da dívida só deve ser votada hoje", previa o senador Almir Gabriel.

O clima era confuso. O presidente da Comissão, Cid Carvalho (PMDB-MA), disse que a aprovação do relatório, resguardados os destaques, "é prova de maturidade do Congresso. A poucos metros, o deputado César Maia achava difícil o entendimento entre governo e governadores de Estados.